

Fronteiras do CLTS: Inovações e Ideias



Enfrentar o retrocesso

Sophie Hickling, MG Africa Consultants

Número 14, Setembro de 2019

CLTS Knowledge Hub at



Institute of
Development Studies

www.communityledtotalsanitation.org



Sobre o CLTS Knowledge Hub

O IDS tem vindo a trabalhar em apoio do Saneamento Total Liderado pela Comunidade (CLTS) desde que este começou. O CLTS tornou-se agora um movimento internacional do qual o IDS é o núcleo de saber reconhecido.

O Knowledge Hub dedica-se a compreender as realidades da prática de CLTS no terreno e a estudar, divulgar e promover boas práticas, ideias e inovações que conduzam a maior sustentabilidade e maior escala. Procuramos manter a comunidade de CLTS bem interligada e informada, e dar espaço para reflexão, aprendizagem contínua e troca de conhecimentos. Trabalhamos em colaboração com profissionais no terreno, decisores políticos, investigadores e outras pessoas que trabalham com desenvolvimento, saneamento e as comunidades envolvidas nestas questões.

Em última análise, o objectivo fundamental do núcleo é contribuir para a dignidade, saúde e bem-estar das crianças, das mulheres e dos homens do mundo em desenvolvimento que sofrem actualmente as consequências de um saneamento inadequado ou inexistente e de falta de higiene.

Capa

TIJOLOS TRAPEZOIDAIS USADOS NA CONSTRUÇÃO DE REVESTIMENTOS CIRCULARES DE FOSSAS EM SOLOS ARENOSOS NO MALÁUI, NO DECORRER DE UM PROCESSO DE CONCEPÇÃO PARTICIPATIVA (VER [NÚMERO 1](#) DE *FRONTEIRAS DO CLTS*)

PHOTO : UNICEF/BEN COLE.

Enfrentar o retrocesso

Sophie Hickling, MG Africa Consultants

Citação correcta: Hickling, S. (2019) “Enfrentar o retrocesso”, *Fronteiras do CLTS: Inovações e ideias* 14, Brighton: IDS

Primeira edição: 2019
© Institute of Development Studies 2019
Alguns direitos reservados – ver licença de direitos de autor para mais informação.

ISBN 978-1-78118-595-7

Para mais informações, contacte:
CLTS Knowledge Hub, Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, BN1 9RE
Tel.: +44 (0)1273 606261
E-mail: CLTS@ids.ac.uk
Site: www.communityledtotalsanitation.org

Esta série foi licenciada com uma licença Creative Commons de Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 3.0 Não Adaptada (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/deed.pt>).

Atribuição: Deve atribuir o devido crédito da maneira especificada pelo autor ou licenciante.
NãoComercial: Não pode usar este trabalho para fins comerciais.
SemDerivações: Não pode alterar, transferir ou transformar este trabalho.

Os utentes podem copiar, distribuir, exhibir, traduzir ou levar à cena este trabalho sem autorização por escrito. Para cada novo uso ou distribuição, deve deixar claro para terceiros os termos da licença desta obra. Se usar o trabalho, pedimos que faça referência ao site do CLTS (www.communityledtotalsanitation.org) e envie uma cópia do trabalho ou um link para a sua utilização em linha para o seguinte endereço: CLTS Knowledge Hub, Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, BN1 9RE, Reino Unido (CLTS@ids.ac.uk).

Este documento foi financiado pela Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional, ASDI. A ASDI não partilha forçosamente os pontos de vista expressos neste material. A responsabilidade do conteúdo cabe exclusivamente ao autor.



Agradecimentos

A autora gostaria de agradecer a todos os informantes-chave, a nível nacional, regional e global, que partilharam com ela os seus valiosos conhecimentos e a sua experiência no terreno sobre a questão do retrocesso.

Gostaria de agradecer também a Matt Bond, Sue Cavill, Jamie Myers, Andrew Robinson, Paul Tyndale-Biscoe e Naomi Vernon pela revisão da primeira versão do texto e pelos valiosos comentários e sugestões.



Enfrentar o retrocesso

Introdução

Esta edição de *Fronteiras do CLTS* explora o pensamento e a prática actuais sobre a questão de como lidar com o retrocesso do estatuto de Livre de Fecalismo a Céu Aberto (*Open Defecation Free*, ODF) para o Fecalismo a Céu Aberto (*Open Defecation*, OD). Aborda-se a questão da definição e da identificação do retrocesso e os diferentes padrões de retrocesso que se encontram após a declaração de ODF. Embora tenha sido produzida uma quantidade considerável de literatura sobre como criar programas sólidos de Saneamento Total Liderado pela Comunidade (*Community-Led Total Sanitation*, CLTS) que evitem o retrocesso, a presente edição aborda a questão de como reverter o retrocesso que já ocorreu. É de notar, no entanto, que, a um certo nível, há pontos comuns entre as estratégias usadas para reverter a retrocesso e as estratégias usadas à partida para conceber um programa bem-sucedido que evite o retrocesso.

Na literatura, há pouca evidência documentada sobre como se pode parar o retrocesso; os dados factuais e as orientações tendem a centrar-se na prevenção. Esta análise começa a tentar colmatar essa lacuna. Propomos que os implementadores usem o quadro conceptual proposto de *padrões de retrocesso* e a secção dos *factores de retrocesso* para entenderem o tipo e a extensão do retrocesso verificado e, em seguida, usem os exemplos da secção sobre como *enfrentar o retrocesso* para identificar possíveis respostas ao retrocesso.

Além de uma análise da literatura actual¹, foram feitas entrevistas aprofundadas a informantes-chave aos níveis global, regional e nacional. Os informantes-chave foram seleccionados propositadamente para identificarem experiências e inovações para enfrentar o retrocesso em todo o sector.

«Há uma grande variação das taxas de retrocesso de ODF para OD de país para país e no interior de cada país. A monitoria do retrocesso de ODF não é sistemática, apesar de o problema ser amplamente reconhecido. É preciso uma identificação rápida e uma ampla divulgação de novas práticas para lidar com o retrocesso na região».

(Workshop Regional de Saneamento Rural da África Ocidental e Austral, IDS 2018, <https://www.communityledtotalsanitation.org/regional-africa-sharing-and-learning-workshops-2018>)

¹Há que notar que a análise da literatura não foi sistemática, tendo-se baseado numa busca inicial de documentos (revistos por pares, publicados e literatura cinzenta) que tratasse, no todo ou em parte, a questão do retrocesso de ODF para o OD. As entrevistas a informantes-chave (EICs) também ajudaram a identificar relatórios, estudos de caso e versões preliminares de documentos que a presente análise também teve em conta.

O que é retrocesso?



Latrina abandonada, Kilifi, Quênia, 2010. Foto: Ross Kidd

O retrocesso foi definido como o retorno a comportamentos não higiénicos anteriores ou a incapacidade de alguns ou de todos os membros da comunidade continuarem a cumprir todos os critérios de ODF (Jerneck *et al.* 2016).

Outras definições centram-se mais estritamente no próprio OD – a percentagem de agregados familiares que se constatou terem voltado à prática de OD – ou no acesso a instalações – a percentagem de agregados familiares que deixaram de ser servidos por uma latrina doméstica –, que é mais fácil de medir, mas afasta-se da eliminação do OD como resultado comportamental do CLTS (USAID 2018).

«Os países não estabelecem limites para o que é retrocesso ou para o seu grau de gravidade – estão mais preocupados em saber se está a ser detectado algum retrocesso e como é que ele está a ser tratado.»

EIC, região da Ásia

Não é possível tentar definir critérios de retrocesso de maneira uniforme para permitir uma comparação das taxas de retrocesso dos vários países e pode defender-se que não é importante, porque o retrocesso está ligado à definição e aos critérios de ODF usados nos protocolos nacionais de certificação. O importante é saber se o retrocesso está a ser definido, detectado e tratado aos níveis nacional e subnacional.

Podem encontrar-se noutros lugares comparações dos critérios de certificação ODF (Bevan & Thomas 2013; Jerneck *et al.* 2016), bem como discussões sobre a dificuldade de definir e posteriormente monitorar o retrocesso do ODF (Pasteur 2017; Cavill *et al.* 2015; USAID 2018). Em suma:

«O retrocesso é um amplo espectro e não uma medida definida.»

EIC, África Ocidental

- O retrocesso define-se pelos critérios usados para certificar ODF inicialmente. Embora em princípio não deva haver retrocesso relativamente a nenhum critério em nenhum momento, tem de haver uma abordagem pragmática para separar uma verdadeira evolução negativa do ODF de um retrocesso temporário ou «aceitável».
- Se não houver correspondência entre os critérios para ODF, o retrocesso não pode ser definido de um contexto para o outro. Os critérios seleccionados fazem uma diferença significativa nos resultados do retrocesso – por exemplo, num estudo, o retrocesso variava entre 13%, quando apenas se tinha em conta o acesso ao saneamento, e 63%, quando se tinha em conta a instalação para lavagem das mãos, e 92%, quando se tinham em conta todos os critérios para ODF (Tyndale-Biscoe *et al.* 2013).
- A situação inicial (linha de base) em função da qual o ODF é certificado pode usar diferentes ferramentas e equipas para monitoria de seguimento. **Quando falta a qualidade da certificação ODF, verificações de sustentabilidade detalhadas podem exigir às comunidades um padrão que nunca existiu. Além disso, também podem ter sido adicionados critérios que não foram tidos em conta aquando da declaração inicial de ODF, por exemplo, a eliminação segura de fezes de crianças. O retrocesso, neste caso, refere-se a uma falha no cumprimento de uma nova meta.**
- Certos critérios de ODF podem ser cumpridos apenas a curto prazo ou «para mostrar» durante as actividades de verificação; sem monitoria de rotina a longo prazo de todos os critérios de ODF, esse retrocesso não é detectado. Este exemplo sublinha o descarte de fezes das crianças e a lavagem das mãos, que parecem ser mais rapidamente objecto de retrocesso do que outros critérios.

Quando se identifica retrocesso, geralmente não são tomadas medidas formais para revogar o estatuto ODF², com excepção da Etiópia, onde um sistema de bandeiras denota o estatuto ODF de uma aldeia, que pode ser despromovida caso se verifique retrocesso.

² EICs: Índia, Quênia, Mali, Nigéria, Tanzânia, Zâmbia.

Monitorar o retrocesso

A maioria dos países tem um procedimento instituído para verificação e certificação do estatuto de ODF, que implica avaliar comportamentos bem como instalações. A monitoria dos indicadores de ODF numa comunidade termina com a declaração de ODF, na maior parte dos casos.

Pesquisas de sustentabilidade executadas por programas, como as realizadas pela UNICEF, SNV e outros, fornecem um segundo momento de recolha de dados após um determinado intervalo, o que pode ser usado para medir a extensão do retrocesso que houve. Essas grandes e complexas pesquisas têm sido importantes para o sector entender questões de programas de longo prazo e como verificação externa das fontes rotineira de dados.

Ter apenas dois momentos de recolha de dados, porém – um da declaração ODF e outro de uma pesquisa de sustentabilidade num único momento –, dá pouca informação sobre o caminho percorrido, sobre se o retrocesso observado num determinado momento é permanente ou temporário ou se há uma trajectória geral rumo a uma maior sustentabilidade.

A recolha rotineira de dados, que continua após a declaração de ODF, é necessária para detectar o retrocesso relativamente ao ODF e alguns programas estão a começar a introduzir pesquisas anuais detalhadas. É questionável, contudo, se indicadores diferenciados de ODF, em termos de comportamento colectivo ou diferenças no seio dos agregados familiares, poderiam ser verificados com êxito pelos sistemas de informação rotineiros de monitoria de saúde actualmente existentes.

O que é necessário é um equilíbrio para que os dados genéricos nacionais e subnacionais estejam disponíveis para monitorar o progresso realizado no cumprimento das metas de acesso universal, enquanto as estruturas da comunidade e os governos locais que os apoiam têm os dados mais matizados, de que precisam para enfrentar directamente o retrocesso. Podem usar-se pesquisas periódicas detalhadas para verificar uma segunda vez dados de rotina e explicar as tendências de retrocesso identificadas.

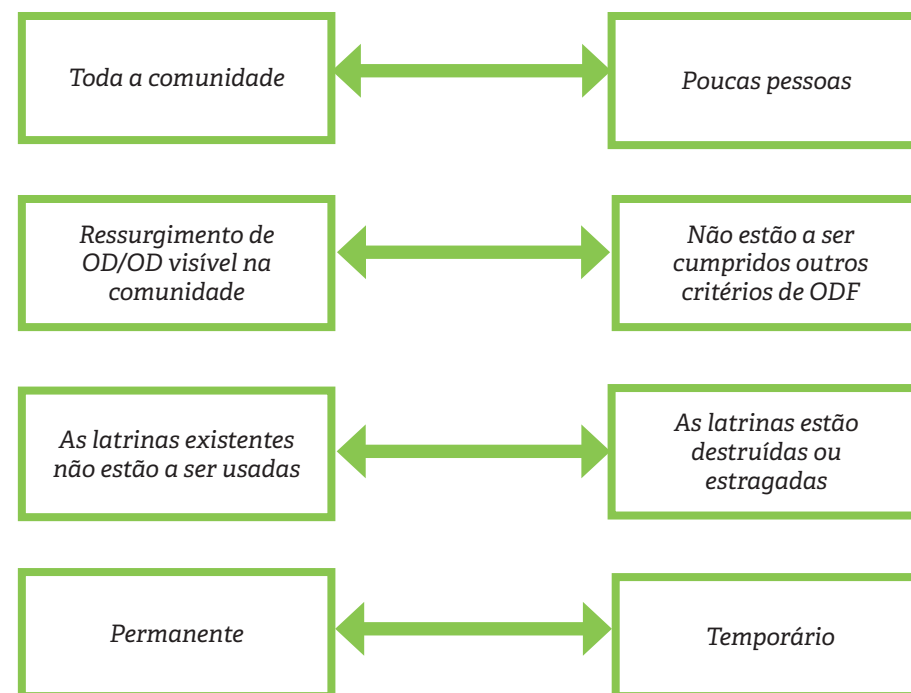
Há vários exemplos de sistemas de monitoria de ODF que devem poder monitorar o retrocesso pós-declaração, bem como o progresso rumo ao ODF – monitoria de celular para a internet na Zâmbia, registros comunitários na Tanzânia, *geo-tagging* na Índia e monitoria pós-ODF no Mali. Esses exemplos devem ser mais estudados para termos uma ideia mais clara do que funciona e dos desafios à realização de monitoria contínua de ODF.

Padrões de retrocesso

É provável que haja sempre algum retrocesso em todos os programas de CLTS, mas que nem sempre leva a um completo malogro do estatuto do ODF. Existem diferentes padrões de retrocesso ao longo de um *continuum* (ver a Figura 1). É de notar que os padrões de retrocesso são definidos de maneira diferente noutros documentos (por exemplo, Jerneck *et al.* 2016). Para esta edição de *Fronteiras do CLTS*, pareceu-nos útil uma escala progressiva contínua para ilustrar a natureza dinâmica do retrocesso, temporal e contextualmente.

Compreender o padrão do retrocesso, bem como os factores que para ele contribuíram, é o ponto de partida para o enfrentar. Por exemplo, a resposta a um retorno generalizado da comunidade ao OD, que é uma ocorrência rara, seria diferente da resposta a uma ou duas famílias que não tenham uma cobertura à prova de moscas na sua latrina. Da mesma forma, uma resposta comportamental pode ser usada se, numa comunidade, existirem instalações que não estejam a ser usadas, enquanto uma resposta mais prática e mais dirigida pode ser necessária se o retrocesso resultar da destruição, por um ciclone, das latrinas existentes. Essas ideias são exploradas mais adiante na secção “Enfrentar o retrocesso: ideias vindas do trabalho no terreno”.

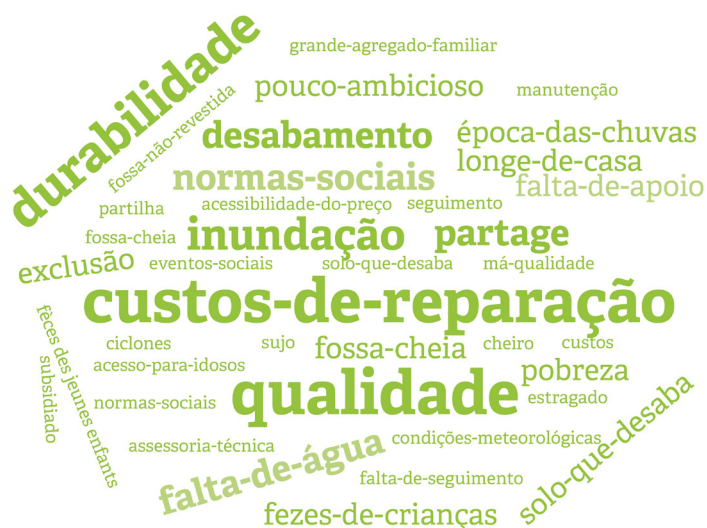
Figura 1: Padrões de retrocesso num continuum



Que factores contribuem para o retrocesso?

Como se pode ver na representação gráfica do retrocesso (Figura 2), há várias razões para que ele aconteça. Os factores de retrocesso podem ser classificados de diversas maneiras (Tyndale-Biscoe *et al.* 2013; Jerneck *et al.* 2016). Nesta edição de *Fronteiras do CLTS*, os factores de retrocesso foram agrupados em quatro categorias interrelacionadas entre si – factores tecnológicos, factores comportamentais, factores de pobreza e vulnerabilidade, e factores externos (Figura 3). Os factores que contribuem para a retrocesso estão bem documentados noutros textos. O Quadro 1 descreve brevemente cada factor e remete para os exemplos de casos da secção de trabalho no terreno.

Figura 2: Razões para o retrocesso



NB. representação gráfica, não exaustiva

É de salientar que a inter-relação dos factores de retrocesso significa que há alguma sobreposição entre os grupos, e os efeitos de cada um podem ser cumulativos. Por exemplo, problemas de retrocesso em toda uma zona, causados por desmoronamento de terreno, podem ganhar uma dimensão ainda maior para um chefe de família idoso que não seja capaz de reconstruir, levando ao retrocesso permanente.

«As calamidades naturais são comuns – especialmente tufões. É sobretudo a superestrutura que fica danificada, embora às vezes também a subestrutura. As pessoas reconstróem rapidamente ou então partilham, quando isso acontece.»

EIC, região do Sudeste Asiático

Os factores comportamentais influenciam significativamente até que ponto outros factores levam ao retrocesso. Embora esta secção analise os desafios que geralmente levam ao retrocesso de ODF para OD, isso não significa que esse retrocesso ocorra sempre.

Figura 3: Factores gerais de retrocesso inter-relacionados entre si



Quadro 1: Factores de retrocesso

Fonte: Este quadro baseia-se nas seguintes referências: Cavill *et al.* 2015; Cavill *et al.* 2018; Chambers & Myers 2016; Cole 2013; House *et al.* 2017; Greaves 2016; Jacob 2018; Jerneck *et al.* 2016; Kohlitz *et al.* 2019; Mukherjee, 2011; Odagiri *et al.* 2017; Pasteur 2012; Robinson *et al.* 2016; Russpatrick *et al.* 2017; SNV Tanzania 2019; Tyndale-Biscoe *et al.* 2013; UN-Habitat 2017; UNICEF 2014, 2016, 2017; USAID 2017, 2018; Wamera 2016; Wilbur & Jones 2014; WSSCC 2019; WSP-UNICEF 2015.³

Factor de retrocesso	Exemplo de casos relacionados ⁴
Factores tecnológicos	
Qualidade técnica e durabilidade <ul style="list-style-type: none">A qualidade técnica e a durabilidade das latrinas construídas usando os conhecimentos e os materiais localmente disponíveis durante a tentativa de se tornar ODF são apontadas como factor de retrocesso na maior parte dos contextos.A falta de conhecimentos e de experiência dos artesãos e pedreiros localmente disponíveis pode influenciar a durabilidade da latrina, sobretudo se não souberem lidar devidamente com condições mais difíceis, como sejam solos instáveis ou rochosos.O esforço e o custo de reconstruir várias vezes podem levar à desmotivação e ao retrocesso permanente.É de notar que onde o comportamento do ODF está arraigado e as normas sociais o suportam, o retrocesso devido ao desmoronamento de latrinas ou a inundações é temporário. As instalações perdidas são substituídas o mais rapidamente possível para recuperar o estatuto ODF.	#1 #2 #6
Concepção <ul style="list-style-type: none">A concepção da latrina e até que ponto esta corresponde às aspirações de quem a usa têm implicações na ocorrência de retrocesso após o ímpeto inicial para se tornar ODF.	#2
Acessibilidade <ul style="list-style-type: none">Observa-se retrocesso em agregados ou comunidades ODF quando existem barreiras físicas ao uso de latrina por idosos ou pessoas com deficiência ou por mulheres grávidas.	#2 #3
Acesso a outros serviços <ul style="list-style-type: none">Pode haver retrocesso quando a manutenção do ODF depende não apenas da presença de instalações e dos comportamentos dos seus utilizadores, mas também do acesso a outros serviços, por exemplo, água para lavagem das mãos, latrinas com autoclismo ou possibilidade de higiene anal.Se a falta de opções acessíveis de gestão de lodo fecal significa que não é possível esvaziar fossas completas, alguns membros da família podem retornar ao OD para conservar a vida útil da fossa, ou quando as fossas estiverem cheias, toda a família reverte para OD.	
Factores comportamentais	
Mudança inadequada das normas sociais <ul style="list-style-type: none">Quando as intervenções não conseguem mudar as normas sociais, observa-se uma falta de adesão ao ODF. As famílias aderem inicialmente, mas falta-lhes depois, a algumas apenas ou a todas, a convicção para continuar a usar a casa de banho quando a pressão deixa de se fazer sentir.A falta de mudança das normas sociais leva a uma utilização parcial quando certos membros da família acreditam que ainda é aceitável praticar OD, ou que é aceitável em certos momentos.Atribui-se muitas vezes o retrocesso à falta de apoio de seguimento, quando as comunidades atingem o ODF, para reforçar atitudes, consolidar mudanças das normas sociais e apresentar solução para os problemas logo quando eles surgem.	#2 #6

8 ³ Os documentos listados não são forçosamente exaustivos e não tratam especificamente de retrocesso. Cada um deles inclui, porém, uma discussão geral do tema.

⁴ São aprofundados na secção 3, "Enfrentar o retrocesso: ideias vindas do trabalho no terreno", seis exemplos de programas que lidaram com diversos padrões e factores de retrocesso.

<p>Diferenças no acesso às instalações</p> <ul style="list-style-type: none"> O retrocesso pode dever-se a normas sociais dentro da família, contribuindo para diferenças no acesso às instalações. Há exemplos de homens que não partilham latrinas com as mulheres da casa, homens ou mulheres que não partilham latrinas com sogros ou mulheres que não usam latrinas familiares quando estão menstruadas. Pesquisas recentes do GSF⁵ no Maláui também identificaram esse tipo de retrocesso, particularmente em relação ao acesso das raparigas, que se constatou chegar a ser de apenas 60% (WSSCC 2019). 	#2
<p>Crenças sobre as fezes das crianças</p> <ul style="list-style-type: none"> O manuseamento inadequado das fezes das crianças está ligado à noção de que as fezes das crianças não são perigosas. O OD que se constata em comunidades anteriormente ODF é frequentemente atribuído à utilização inconsistente de latrinas por crianças jovens e ao descarte não higiénico das fezes dos bebés. Um estudo do UNICEF e do WSP constatou que, nos países analisados, entre 11 e 64% dos agregados familiares com melhor saneamento ainda eliminam as fezes das crianças de forma pouco segura. Um estudo de sustentabilidade em Madagáscar constatou que, ao fim de três anos, o descarte seguro das fezes das crianças tinha retrocedido para um nível possivelmente inferior ao da situação inicial (linha de base).⁶ 	#2 #4
<p>Trabalho longe de casa</p> <ul style="list-style-type: none"> Verifica-se retrocesso quando as pessoas que trabalham fora de casa durante o dia não têm acesso conveniente a latrinas e voltam assim ao OD. Este factor também é importante quando trabalhadores temporários trabalham fora de casa até seis meses por ano⁷, ou quando comunidades inteiras ODF podem deslocar-se entre as terras altas e as áreas baixas, consoante a estação do ano. A questão passa então a ser se se mantém o comportamento ODF quando se está fora da sua habitação permanente.⁸ 	
Factores de pobreza e vulnerabilidade	
<p>A pobreza e a vulnerabilidade aumentam os factores de retrocesso existentes</p> <ul style="list-style-type: none"> Os membros mais pobres de uma comunidade têm geralmente maior probabilidade de retroceder para o OD. Os grupos desfavorecidos ou vulneráveis podem não conseguir alcançar ou manter o ODF por várias razões. Os resultados da pesquisa do GSF em vários países sublinham que a falta de inclusão constitui uma grave barreira ao ODF e uma causa de rápido retrocesso.⁹ A pobreza e a vulnerabilidade não são apenas factores de retrocesso em si mesmas, também são componentes de outros factores de retrocesso, por exemplo, quando a manutenção do estatuto de ODF depende da acessibilidade de outros serviços, como água para o autoclismo e lavagem das mãos ou serviços de esvaziamento de fossas — ou retrocessos relacionados com falta de qualidade da construção. 	#6
<p>Pouca qualidade inicial e custo de reconstrução</p> <ul style="list-style-type: none"> Ao considerar a qualidade técnica e a durabilidade das latrinas (embora em certa medida esses factores afectem todos os grupos socioeconómicos em comunidades rurais), os mais pobres têm menos possibilidades de pagar uma instalação de boa qualidade, o que significa que é mais provável que elas se estraguem e causem retrocesso ao OD. Em comparação com agregados familiares mais ricos, as famílias mais pobres gastam proporcionalmente muito mais em reparos, em relação ao custo inicial de construção, devido à má qualidade da latrina inicial (UNICEF 2014). O retrocesso para o OD pode ocorrer quando as famílias mais pobres deixam de ter possibilidades de reparar, esvaziar ou substituir as instalações. 	#2

⁵ GSF, Global Sanitation Fund, «Fundo Global de Saneamento».

⁶ É de notar, porém, que se conhecem casos em que o descarte de fezes das crianças nunca é feito convenientemente e por isso é sobrestimado na verificação de ODF.

⁷ EIC: Sul da Ásia.

⁸ EIC: Sul da Ásia.

⁹ EIC: global.

<p>Acessibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> Pessoas idosas e portadoras de deficiência podem defrontar-se com barreiras físicas ao uso das instalações construídas e, por isso, retroceder para o OD, directamente ou por terem de usar alternativas não higiénicas. 	#3
<p>Não aceitação de esquemas de partilha</p> <ul style="list-style-type: none"> Em vários países onde a eliminação do OD é o principal enfoque, a partilha de latrinas é uma opção aceite para alcançar o ODF (Bevan & Thomas, 2013), muitas vezes proposta para quem não possa pagar a sua própria latrina. No entanto, há estudos em vários países – Etiópia, Indonésia, Quénia, Filipinas, Serra Leoa e Uganda – constatam que a partilha é, em si, um factor de retrocesso. As latrinas partilhadas também não cumprem os critérios de saneamento básico ou gerido com segurança do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6.2. 	#2
Factores externos	
<p>Populações vindas de fora</p> <ul style="list-style-type: none"> As comunidades não são estáticas: há constantemente grupos individuais a chegar e a partir, por diversos motivos. A chegada de praticantes de OD a uma área ODF pode interromper o estatuto ODF, temporariamente ou a longo prazo, e levar a retrocesso. As dimensões e a previsibilidade dos movimentos populacionais influenciam o seu impacto, por exemplo: <ul style="list-style-type: none"> Casos de pequena escala, por exemplo, novas famílias estabelecidas por meio do casamento e viajantes que fazem paragens em eixos rodoviários. Casos de grande escala, mas essencialmente previsíveis, como sejam mercados, festas religiosas ou celebrações. Movimentos populacionais repentinos e em grande escala, devido a deslocamentos internos resultantes de conflitos ou calamidades naturais. 	#5
<p>Choques climáticos ou geológicos</p> <ul style="list-style-type: none"> Outros factores externos podem ser choques climáticos, como inundações e tufões (por exemplo, Aroroy, Masbate nas Filipinas, em 2016¹⁰) ou choques geológicos, como terramotos ou vulcões, que podem levar a retrocesso para o OD (por exemplo, o terremoto no Nepal, em 2015).¹¹ 	

¹⁰ Relatório preliminar "Coping strategies on damaged toilet facilities: The case of Aroroy, Masbate" ["Estratégia para lidar com estragos nas instalações sanitárias: o caso de Aroroy, Masbate"], UNICEF, 2016.

¹¹ EIC, Nepal.

Retrocesso no seio do agregado familiar

Há cada vez mais evidência de que a dinâmica social no seio dos agregados familiares leva a um acesso diferenciado às instalações existentes. Nalguns casos, sabe-se bem o porquê desta situação, por exemplo, crenças tradicionais relativamente à menstruação ou à partilha com cunhados (Chambers & Myers 2016); noutros casos, há um conhecimento relativamente novo que precisa de ser desenvolvido, por exemplo, por que razão as raparigas têm menos acesso às instalações sanitárias domésticas (WSSCC 2019).

São necessárias mais pesquisas e mais divulgação de lições sobre como identificar e decifrar o retrocesso no seio dos agregados familiares, bem como documentação de abordagens eficazes de mudança de comportamento para lidar com as normas sociais que criam retrocesso nesses contextos.

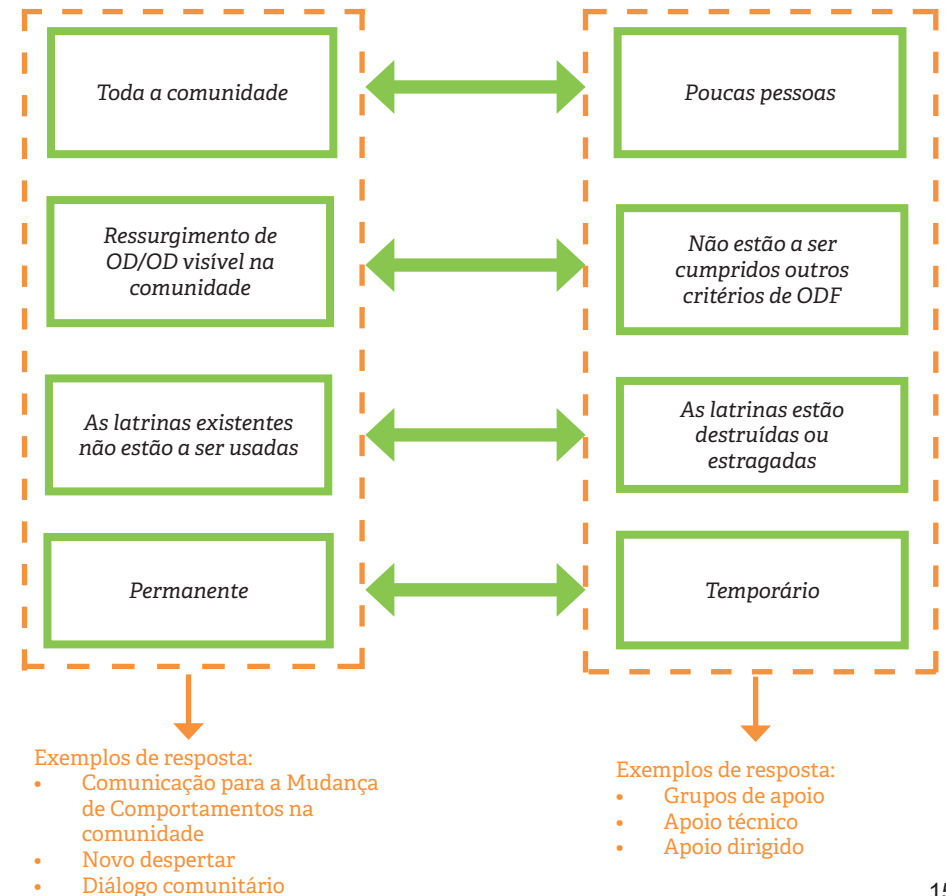
Manter o ODF nos agregados familiares mais pobres

As sessões temáticas na conferência AfricaSan5 concluíram que não deixar ninguém para trás não acontece por acaso. É necessária uma estratégia clara para se dirigir aos mais pobres e vulneráveis, a fim de garantir que todos na comunidade possam ter acesso a instalações sanitárias aceitáveis e satisfazer de forma sustentável necessidades e aspirações, independentemente da capacidade de pagar (AMCOW, no prelo). Vários países e organizações estão a começar a procurar soluções pós-ODF que dêem mais apoio financeiro ou material aos mais pobres quando se chega ao comportamento ODF, mantendo a abordagem liderada pela comunidade. Nos números 10 e 13 das *Fronteiras do CLTS* (House et al. 2017; Kohlitz et al. 2019), apresenta-se uma vasta discussão sobre possíveis mecanismos de apoio. Devem documentar-se e partilhar-se outras lições sobre como as abordagens podem visar especificamente o retrocesso.

Enfrentar o retrocesso: ideias vindas do trabalho no terreno

Voltando ao quadro conceptual usado para analisar os padrões de retrocesso, são necessários diferentes tipos de resposta em função do padrão observado. Os implementadores de Água, Saneamento e Higiene (*Water, Sanitation and Hygiene, WASH*)/CLTS e os grupos comunitários podem avaliar o padrão observando onde é que a sua comunidade se encontra naquele momento ao longo de cada conjunto de *continuums* (Figura 4). Em termos gerais, padrões de retrocesso mais extensos ou mais graves exigiriam uma resposta ao nível de toda a comunidade, ao passo que casos mais específicos de retrocesso, relacionados com problemas de cada família, poderiam ser tratados usando uma abordagem dirigida. Em muitos casos, o padrão de retrocesso situar-se-á provavelmente entre estas duas situações, o que indica que podem ser necessárias respostas mistas. Para cada estudo de caso, o padrão de retrocesso foi avaliado no *continuum* e marcado com uma estrela, para ilustrar como este modelo conceptual pode funcionar na prática.

Figura 4: Padrões de respostas ao retrocesso



Esta análise procurou identificar exemplos de como o retrocesso foi abordado em diversos contextos. Note-se, porém, que foi difícil encontrar casos bem documentados ou exemplos no terreno de abordagens para anular o retrocesso.

1. Apoio técnico para tentar resolver factores tecnológicos de retrocesso

Factores de retrocesso abordados:	
Factores tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade técnica e durabilidade de instalações construídas usando materiais locais.
Factores de pobreza e vulnerabilidade	<ul style="list-style-type: none"> Baixa qualidade inicial Custo da reconstrução

Há vários exemplos de como se podem abordar os factores de retrocesso relacionados com tecnologia, melhorando o conhecimento e as competências técnicas dos artesãos, pedreiros, líderes e profissionais de saúde locais.¹²

Tanto o Quênia como a Índia se empenharam na capacitação técnica de artesãos e pedreiros locais para oferecer actualizações e soluções duráveis para «melhorar a recuperação», mantendo o foco nas soluções locais. Programas na República Democrática do Congo e Ruanda promoveram apoio técnico não assente no mercado, formando líderes e profissionais de saúde para fazer assessoria básica, por exemplo, sobre como cavar fossas mais estáveis e tratar a madeira contra o muchém. Nas Filipinas, as famílias que primeiro optaram por esquemas de partilha que depois não foram cumpridos recebem aconselhamento sobre opções de baixo custo para construir a sua própria latrina. O Ministério da Saúde do Quênia planeia rever os manuais técnicos disponíveis para Agentes de Saúde Pública e Agentes Comunitários de Saúde, que actualmente lidam apenas com a construção de latrinas de alta qualidade¹³, e também desenvolveu incentivos a esquemas

«Nalgumas zonas do Laos, o OD é de 90%, portanto as pessoas não têm muita experiência técnica na construção de latrinas. Uma má construção faz com que as fossas se encham rapidamente, sem a assessoria técnica necessária para resolver esses problemas.»

EIC, Ásia



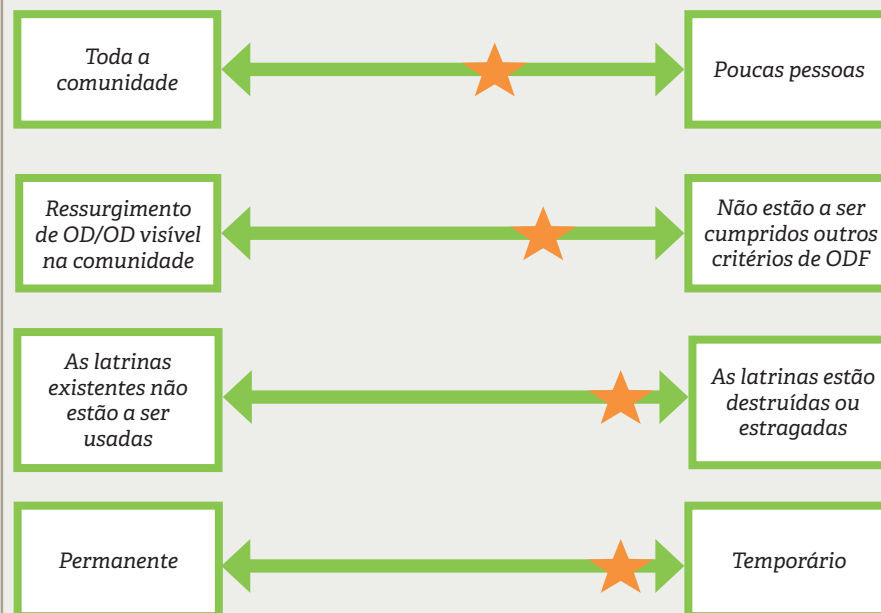
Choosing a Latrine
A guide for CLTS implementers at the household level
(Natural leaders and CHVs)

Orientações para Voluntários de Saúde Comunitária e Líderes Naturais para escolha de uma latrina.
Foto: Ministério da Saúde, Quênia

de decisão para capacitar técnicos de saúde comunitários, voluntários e líderes naturais para darem assessoria às famílias sobre como otimizar a qualidade de uma latrina construída dentro das suas possibilidades económicas, necessidades e aspirações (Coombes 2016).

Estudo de caso: Formação de artesãos para «melhorar a recuperação» no Quênia¹⁴

Figura 5: Padrão de retrocesso observado num caso-exemplo



Como em muitos países, nas zonas rurais do Quênia, algumas latrinas construídas com materiais locais não são duráveis e tendem a cair por causa da chuva ou do muchém.

Este retrocesso é quase sempre temporário, enquanto as famílias reconstróem as suas próprias instalações sanitárias. Nesse interregno, as pessoas partilham com um vizinho ou recorrem ao «método de gato». Não é incomum as famílias nessa situação procurarem assessoria técnica, junto de artesãos da zona, para melhorarem a sua concepção original da latrina em termos de qualidade e durabilidade.

¹² Exemplos dados por informantes-chave na região da África Ocidental e Central, na região da Ásia, na Índia, Quênia, Nepal e Filipinas.

¹³ EIC, Quênia.

¹⁴ EIC, Quênia.

No âmbito do programa KSHIP¹⁵, financiado pelo GSF, a AMREF trabalhou com governos nacionais e locais, e parceiros de saneamento para dar formação a artesãos locais em vários municípios, incluindo Uashan Gishu, Busia, Narok, Kisii e Murang'a. A formação tem como alvo as comunidades nas quais o comportamento do ODF é seguro, mas que têm desde então enfrentado dificuldades de ordem técnica.¹⁶

A abordagem utiliza a aprendizagem artesão-a-artesão, para garantir que a capacitação e as competências desenvolvidas se adequam ao contexto local e permanecem na comunidade depois de terminado o projecto.

Etapas:

1. São identificados os artesãos que actualmente estão a trabalhar na zona, por exemplo, em construção de casas.
2. Os artesãos recebem formação prática sobre como se pode melhorar a durabilidade com pequenas alterações na concepção das latrinas e nos materiais localmente disponíveis que são utilizados.
3. A formação também inclui conselhos sobre opções de baixo custo e como trabalhar com a família para determinar que características de concepção são necessárias ou preferíveis em função do seu orçamento.
4. Após a formação, os artesãos recebem apoio técnico do departamento de saúde pública e algumas ferramentas, como por exemplo, folhetos de instruções.

Sugestões e conselhos para fornecer assessoria técnica para enfrentar o retrocesso¹⁷

- Deve procurar-se um cuidadoso equilíbrio na assessoria técnica para ajudar a tomar decisões informadas sem cair no «excesso de construção» usando as concepções impostas. O enfoque deve ser sempre nas soluções de carácter local, usando materiais localmente disponíveis e métodos ajustados para melhorar a durabilidade.
- Os artesãos e comunidades locais constroem casas duráveis no seu próprio contexto e devem ser incentivados a usar as mesmas técnicas para a construção de latrinas. Deve envolver-se a comunidade de antemão, eles conhecem as construções anteriores e têm opiniões sobre preferências de melhorias, modificações de concepção e materiais alternativos para evitar a ocorrência de retrocesso.

¹⁵ KSHIP, Kenya Sanitation and Hygiene Improvement Programme, programa que trabalha em 11 distritos.

¹⁶ O programa KSHIP também deu formação a artesãos em novas zonas do programa, para apetrechar os agregados familiares, as comunidades e os artesãos com conhecimentos sobre como construir latrinas da melhor qualidade com materiais e técnicas locais, antes do despertar ou imediatamente após.

¹⁷ Sugestões de informantes-chave na Etiópia, Índia, Quênia, Nepal e Filipinas.

- Há que garantir que haja apoio técnico disponível para pedreiros e artesãos, por exemplo, no departamento de saúde pública local ou distrital, para que se possa indicar quem consultar, em casos complicados, e que haja acesso a assessoria.

2. Estruturas comunitárias que suportam à continuação do apoio e do incentivo

Factores de retrocesso abordados:

Factores tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade técnica e durabilidade das instalações construídas • Concepção • Acessibilidade
Factores comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> • Inadequada mudança das normas sociais • Diferenças no acesso às instalações sanitárias domésticas • Crenças relativas às fezes das crianças

O retrocesso é frequentemente atribuído à falta de disponibilidade de apoio de seguimento depois de as comunidades atingirem o ODF, para reforçar atitudes, consolidar mudanças das normas sociais e fornecer solução atempadas para os problemas que surjam. Foram estabelecidos em vários países grupos de

«Ter este apoio constante funciona com uma permanente chamada de atenção, até o ODF se tornar um modo de vida.»

EIC, África Oriental

acção comunitária para continuar a dar apoio e incentivos após a declaração do ODF e tentar resolver imediatamente o retrocesso. Alguns exemplos disto são os Grupos de Acção Jirani na Tanzânia (Rieiro 2019), Follow-Up MANDONA em Madagáscar (England 2016) e WASHcoms (comités de WASH) na Nigéria.¹⁸

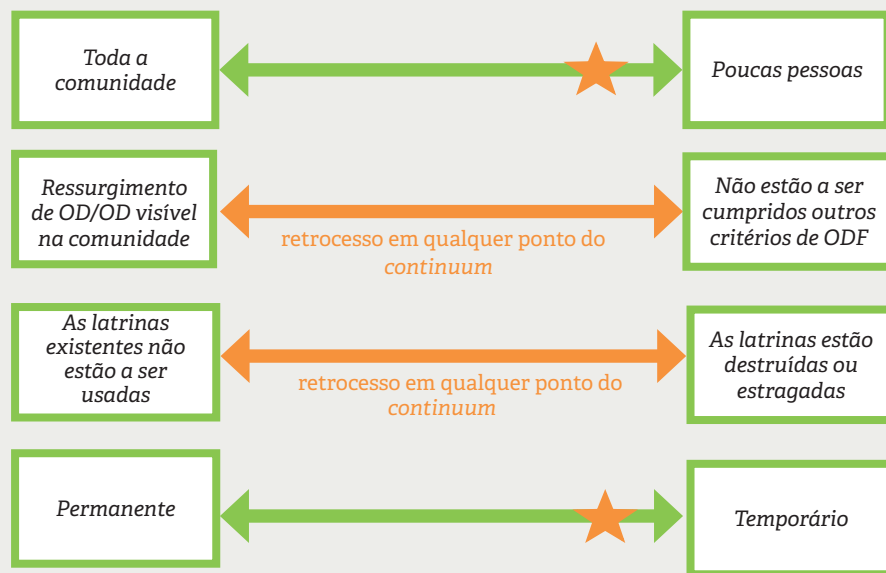


Formação de reciclagem entre um trabalhador da saúde e os chefes das aldeias Jirani, a fim de melhorar a precisão dos dados que esses chefes de aldeia preenchem no registo de saneamento do governo. Foto: SNV Tanzânia

¹⁸ Exemplos provenientes das EIC na Nigéria e na Tanzânia.

Estudo de caso: apoio de seguimento depois do ODF por Grupos de Saneamento Jirani na Tanzânia

Figura 6: Padrão de retrocesso observado no caso-exemplo



A abordagem dos Grupos de Saneamento Jirani (GSJ) foi criada nas zonas do programa da SNV da Tanzânia como forma de dar apoio comunitário ao nível das aldeias para manter o estatuto ODF.

Os GSJ são compostos por cerca de dez agregados familiares que se apoiam mutuamente para conservar e melhorar o ODF na vizinhança. Quando uma família se depara com uma dificuldade, por exemplo, a latrina desmoronou-se, o GSJ encontra uma solução em conjunto para que o grupo de vizinhos possa colectivamente manter o ODF. A abordagem também lida com os desafios enfrentados pelas famílias vulneráveis para manterem o ODF, identificando as suas necessidades e podendo encaminhá-las para os chefes das aldeias, se for necessário mais apoio.



Um grupo de chefes das aldeias Jirani revê os seus registos. As camisetas azuis facilitam a sua identificação e granjeiam-lhes respeito na comunidade, Tanzânia. Foto: SNV Tanzânia

A abordagem começou como forma de resolver discrepâncias nos dados do registo de saneamento das aldeias, mas verificou-se que era um mecanismo eficaz para lidar com retrocesso e manter o ODF através do apoio comunitário e responsabilidade mútua. A eficácia baseia-se na proximidade – «as pessoas que nos inspecionam estão perto de nós, então precisamos de melhorar» (Rieiro 2019).

Os GSJ são uma inovação relativamente nova, mas, devido aos resultados positivos verificados, alguns distritos já começaram a alargar a abordagem a zonas fora do programa da SNV.

Etapas:

1. Depois de uma aldeia ser despertada e se comprometer a tornar-se ODF, são nomeados os líderes do GSJ no decorrer de uma assembleia comunitária. Cada grupo de dez agregados familiares escolhe o seu líder.¹⁹
2. Os líderes Jirani têm um dia de formação, em que se trata principalmente a recolha e o envio de dados para os registos da aldeia.
3. Os líderes Jirani fazem visitas domiciliárias regulares para monitorar a disponibilidade e as condições das instalações de saneamento e higiene.
4. Os líderes Jirani ajudam outras pessoas a identificar e a implementar pequenas acções imediatamente exequíveis, para melhorar o saneamento e a higiene e parar o retrocesso (por exemplo, cobrindo uma retrete descoberta). O retrocesso identificado é tratado e imediatamente parado, usando soluções locais.
5. O líder Jirani recebe apoio técnico dos sistemas das aldeias e dos profissionais de saúde locais, em casos de retrocesso que não se resolvem com facilidade.

Sugestões e conselhos sobre a utilização de estruturas comunitárias de apoio para enfrentar o retrocesso²⁰

- O facto de as comunidades escolherem o seu próprio líder de bairro, em vez de o líder ser nomeado pelo nível central, aumentam a aceitabilidade e a sustentabilidade da abordagem. A proximidade da comunidade que se serve (por exemplo, as visitas serem feitas por um vizinho em vez de um profissional de saúde) oferece acesso imediato e apoio pessoal, além de estabelecer um grau de responsabilidade da comunidade para com os vizinhos para pararem rapidamente o retrocesso.

¹⁹ É de notar que, na Tanzânia, os grupos de vizinhos de 10 agregados familiares já existem, como célula governamental.

²⁰ Sugestões de informantes-chave no Mali, Nigéria, Filipinas e Tanzânia.

- Foi usada na Nigéria uma abordagem semelhante com comitês WASH seleccionados pela comunidade. Neste caso, os membros são seleccionados depois de se alcançar o ODF. Isto deve-se a ter-se constatado que o entusiasmo dos membros seleccionados durante a excitação do despertar pode ir diminuindo com o tempo e que surgem voluntários mais fiáveis no percurso conducente ao ODF.²¹
- Uma continuação mais geral do apoio, proveniente de diversas fontes, como sejam a divulgação de mensagens de seguimento por mesquitas, igrejas, grupos de mulheres e clínicas pré-natais, pode ser eficaz na prevenção do retrocesso (Odagiri *et al.* 2017) e reforçar o trabalho dos grupos de saneamento comunitário.

É necessária mais pesquisa: Manter grupos de apoio locais e Líderes Naturais

O retrocesso ocorre após a certificação de ODF; portanto, as estruturas de apoio da comunidade precisam de se manter no local para enfrentar o retrocesso a longo prazo. Parte-se do pressuposto de que as redes de Líderes Naturais continuarão a trabalhar como voluntários, mesmo quando terminar o apoio do programa (Wamera 2016). Em muitos casos, porém, vê-se que não é isso que acontece. Na Zâmbia, por exemplo, os promotores comunitários muitas vezes deixam de apoiar actividades na comunidade quando termina o apoio do Distrito, e as taxas de abandono nos WASHcoms da Nigéria chegam aos 40%*. Alguns programas estão à procura de maneiras de conservar os voluntários da comunidade, por exemplo, formalizando as redes de Líderes Naturais (Serra Leoa, Senegal), ou dando-lhes possibilidades de gerar rendimento, como hortas ou produção de pensos higiénicos ou fabricação de sabão (Quénia, Nigéria). Essas ideias devem ser avaliadas e as lições documentadas para o sector (ver também Cavill *et al.*, 2015).

(*Informação das EICs).

3. Apoio específico a grupos vulneráveis que enfrentam dificuldades no acesso a latrinas

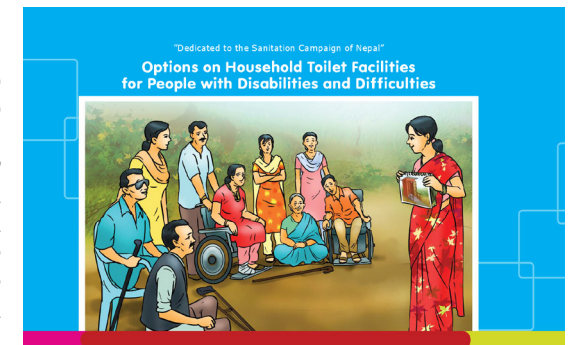
Factores de retrocesso abordados:

Factores tecnológicos	• Acessibilidade
Factores de pobreza e vulnerabilidade	

Compreender a dinâmica ao nível da comunidade e da família ajuda a identificar os indivíduos de outros agregados familiares ODF que nem sempre têm, ou podem ter, acesso às instalações sanitárias, devido a normas sociais ou devido à incapacidade física de chegar às latrinas construídas no programa de CLTS (House *et al.* 2017).



A SNV no Nepal e a WaterAid no Camboja estão a satisfazer as necessidades das pessoas com deficiência e outras dificuldades de acesso.²² No Nepal, foi feito um catálogo em que se compilaram opções acessíveis para possibilitar uma escolha informada a pessoas com deficiência (NWSSTC 2017), ao passo que no Camboja as auditorias de acessibilidade e segurança WASH, baseadas em lista de verificação, são usadas para avaliar a acessibilidade e identificar melhorias (WaterAid & DDSP 2016).



National Water Supply and Sanitation Training Center
Department of Water Supply and Sewerage

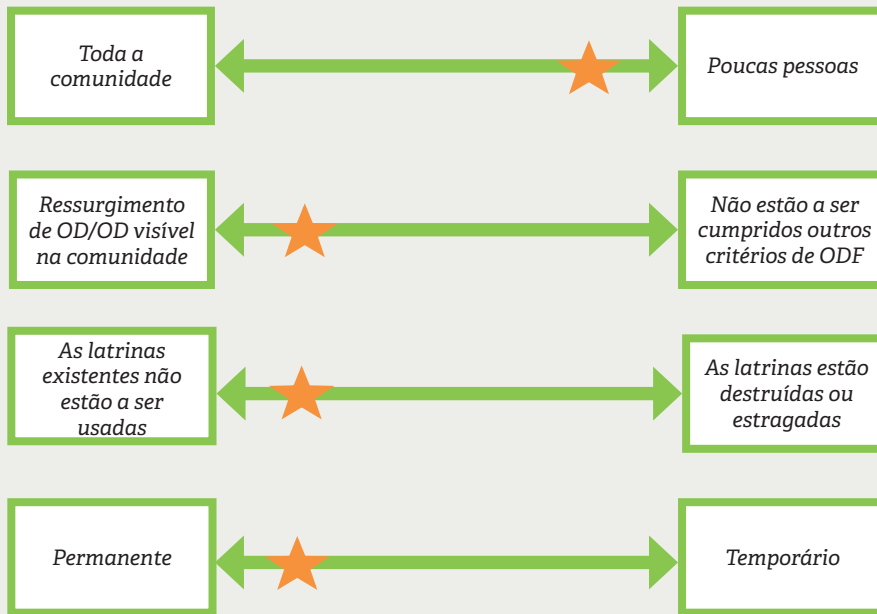
Manual sobre as opções de casas de banho domésticas para pessoas com deficiências e dificuldades. Foto: DWSSM/NWSSTC

²¹ EIC, Nigéria.

²² Exemplo das EICs, Nepal.

Estudo de caso: Concepção de casas de banho acessíveis no Nepal

Figura 7: Padrão de retrocesso observado no caso-exemplo



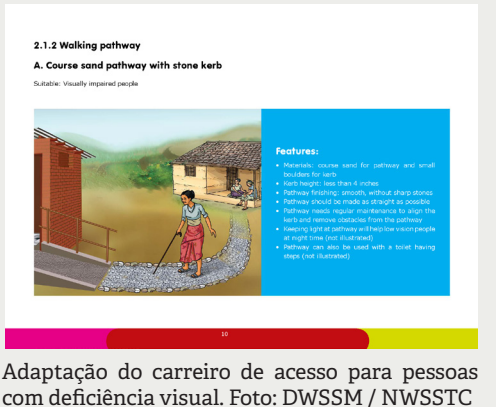
Desde que foi lançado, em 2011, o Plano Director Nacional, o Nepal fez grandes progressos rumo ao ODF nacional. Há, contudo, pesquisas de sustentabilidade recentes, realizadas pelo UNICEF e pelo GSF, que revelam que, embora o percurso geral seja bom, também ocorreu retrocesso. Nas áreas do programa da SNV, os estudos de sustentabilidade mostraram que continua a colocar-se o desafio dos problemas de acesso conveniente às instalações sanitárias existentes por parte de pessoas com deficiência, observando-se retrocesso em agregados familiares que, tirando isso, são ODF.

As dificuldades de acesso incluem cubículos e portas muito pequenas, falta de assentos elevados e barreiras físicas, como sejam degraus para as latrinas. Inicialmente, estas questões foram tratadas caso a caso, mas tornou-se evidente que era necessário gerar recursos específicos para ajudar os profissionais de saúde a resolver o problema.

A SNV tomou a iniciativa de elaborar o manual '[Opções de instalações sanitárias domésticas para pessoas com deficiência e dificuldades](#)' (em inglês). Esta manual destina-se à equipa de campo, profissionais de saúde e saneamento.

voluntários e pedreiros, e visa orientar as discussões ao nível do agregado familiar sobre adaptações localmente disponíveis e de baixo custo para os membros da família que se debatem com dificuldades de acesso.

O livreto foi aprovado e amplamente distribuído em todos os distritos do Nepal.



Adaptação do carreiro de acesso para pessoas com deficiência visual. Foto: DWSSM / NWSSTC

Etapas:

1. Depois de o retrocesso ter sido inicialmente identificado por meio de trabalhos de campo e inquéritos, foi feita uma análise minuciosa do problema.
2. Foram identificadas soluções, que foram compiladas usando exemplos locais, literatura publicada sobre o tema e pesquisas na Internet.
3. As soluções identificadas foram «localizadas» através do trabalho com organizações de pessoas com deficiência e pedreiros nas zonas do programa.
4. Foram inventariadas soluções potencialmente apropriadas, em colaboração com o Centro Nacional de Formação em Abastecimento de Água e Saneamento.
5. O documento de orientação foi distribuído para uma análise mais ampla dentro do sector, antes de ser lançado.
6. Como seguimento à iniciativa do folheto, a SNV trabalhou com a Câmara de Comércio e Indústria para aumentar a sensibilização e fortalecer a cadeia de abastecimento para as adaptações necessárias para as pessoas com deficiência, por intermédio da sua rede de actores do sector privado.

Sugestões e conselhos sobre a concessão de apoio específico a grupos vulneráveis para enfrentar o retrocesso²³

- Deve garantir-se que abordagens para alcançar os mais vulneráveis sejam desenvolvidas de forma colaborativa e em que participem todos os grupos a que dizem respeito, por exemplo, reunindo organizações de WASH, governos locais e grupos de interesse locais (como sejam organizações de pessoas com deficiência) para elaborar soluções apropriadas e específicas para o contexto em que se deu o retrocesso.
- Devem estabelecer-se sistemas de monitoria locais que procurem activamente saber quais são os grupos mais vulneráveis num determinado contexto e que correm maior risco de retrocesso. O programa KSHIP no Quênia, por exemplo, identifica agregados familiares vulneráveis durante o mapeamento da comunidade e acompanha activamente estas famílias (IDS 2018).
- Também se deve capacitar a equipa de saúde e os Líderes Naturais para estarem alerta relativamente a eventuais barreiras de acesso que levam ao retrocesso. Isto pode incluir o uso de auditorias de acessibilidade ou outras ferramentas para identificar retrocesso e estratégias para o suspender (consulte também o [número 3](#) de Fronteiras do CLTS).

4. Enfrentar o retrocesso causado pelos comportamentos relativos ao descarte de fezes de crianças

Factores de retrocesso abordados:

Factores comportamentais	• Crenças sobre as fezes das crianças
--------------------------	---------------------------------------

É frequentemente referido o descarte inadequado das fezes das crianças como causa da persistência de OD em comunidades que, tirando isso, são ODF – seja por as próprias crianças não usarem latrinas²⁴ ou por as mães e outros cuidadores eliminarem as fezes de forma não higiénica.^{25,26} São necessárias actividades de Comunicação para a Mudança de Comportamento, (CMC) dirigidas e assentes em evidência, para alterar percepções e práticas. Poucos exemplos se encontraram, porém, de estratégias ou abordagens específicas para combater a eliminação inadequada das fezes das crianças.²⁷ Em muitos casos, as fezes das crianças podem não ter sido tidas em conta na certificação original de ODF, mas nos últimos anos têm sido reconhecidas como um elemento importante para a obtenção de um ambiente ODF limpo. Assim sendo, o retrocesso refere-se aos critérios adicionais que não são cumpridos.

²³ Sugestões provenientes de informantes-chave do Nepal e da literatura.

²⁴ EICs, Nigéria and Mali.

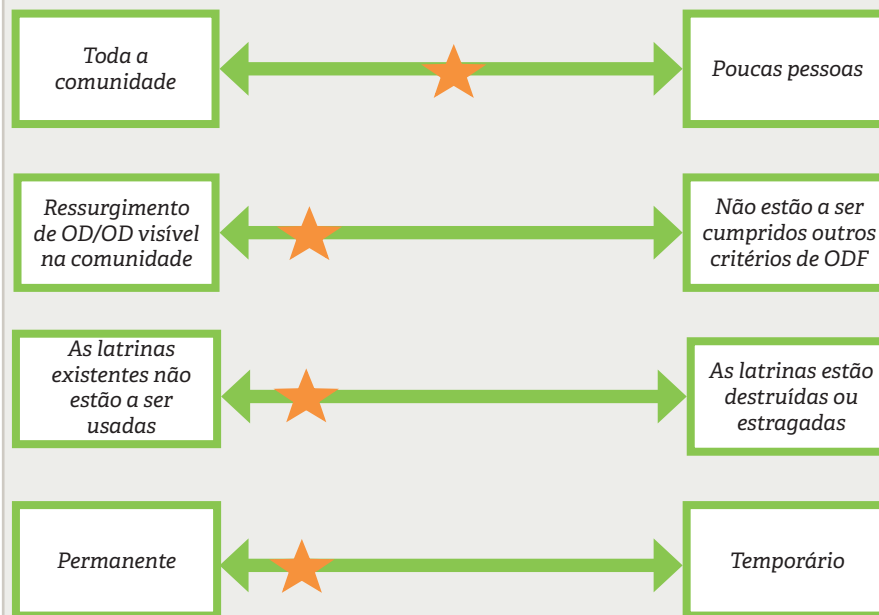
²⁵ EIC, Filipinas.

²⁶ Note-se, porém, que muitas vezes acontece as fezes das crianças não serem incluídas nos critérios para obtenção do estatuto ODF ou que o estatuto ODF relativamente às fezes das crianças não tinha sido alcançado na altura da verificação.

²⁷ EIC, Filipinas

Estudo de caso: Trabalho com nutrição para enfrentar o retrocesso para o OD: o que estamos a aprender nas Filipinas

Figura 8: Padrão de retrocesso observado no caso-exemplo



Nas Filipinas, embora as comunidades tenham feito progressos para se tornarem ODF, o problema do descarte higiénico das fezes e fraldas das crianças em lixeiras ou ao ar livre continua a existir ou volta a surgir pouco depois da certificação ODF.

Em resposta a este estado de coisas, o UNICEF e parceiros do governo dos departamentos de Saneamento e Nutrição estão a testar uma abordagem colaborativa intersectorial que incorpora mensagens de ODF relativas ao descarte adequado de fraldas e fezes de crianças na estratégia de comunicação do Programa dos Primeiros 1000 Dias, no sector da nutrição. A abordagem será implementada pela rede existente de Professores de Nutrição Comunitária, ao nível das comunidades²⁸, que estão bem posicionados para reforçar as mensagens de ODF, visando especialmente as crianças e seus cuidadores.

²⁸ Há um Professor de Nutrição por comunidade. Todos estes especialistas são voluntários e servem a sua própria comunidade.

As ferramentas de estratégia, protocolo e mudança de comportamento que estão actualmente a ser elaboradas assentam em pesquisas formativas realizadas na cidade de Quezon e na província de Samar Norte, e serão testadas no decorrer de 2019-2020.

Etapas:

1. A adesão à sustentabilidade do ODF ganha mais força quando o enfoque do programa é alcançar os resultados dos Primeiros 1000 Dias relativamente à desnutrição. Faz com que a atenção se centre em crianças com problemas de crescimento, que foram afectadas negativamente pelo OD.
2. É realizada pesquisa formativa para identificar os principais problemas a serem abordados pelas crianças durante os seus Primeiros 1000 Dias e eventuais factores de motivação para a mudança de comportamento.
3. A estratégia de Comunicação para Mudança de Comportamento é desenvolvida em conjunto por equipas de comunicação para o desenvolvimento e intersectoriais.
4. A campanha, incluindo pacotes de materiais de mudança social e comportamental, será elaborada e pré-testada.
5. Será feito um ensaio-piloto da abordagem nos níveis provincial e municipal, através dos sistemas governamentais existentes (ou seja, inspectores sanitários rurais, profissionais de saúde de Barangay, Professores de Nutrição de Barangay e os seus supervisores).

Sugestões e conselhos para combater o retrocesso relacionado com o descarte de fezes de crianças e bebés

- Devem identificar-se oportunidades para se trabalhar com crianças e cuidadores por meio de canais intersectoriais. Os programas de aconselhamento nutricional e vacinação terão como foco principal de intervenção as crianças e os seus cuidadores e estão, por conseguinte, bem posicionados para identificar e combater o retrocesso.
- Devem usar-se pesquisas formativas e ideias de outros sectores destinadas a pais recentes e cuidadores de crianças para elaborar iniciativas de mudança de comportamento que sejam inovadoras, relevantes e apropriadas para enfrentar factores específicos de retrocesso.
- Ensinar as crianças a usar latrinas é um factor importante para introduzir o ODF como norma social no seio de uma comunidade. Dada a importância das fezes das crianças como causa de retrocesso em muitos contextos, é essencial elaborar e divulgar estratégias específicas para chegar às crianças e cuidadores e promover a mudança de comportamento.

5. Criar resiliência aos choques externos

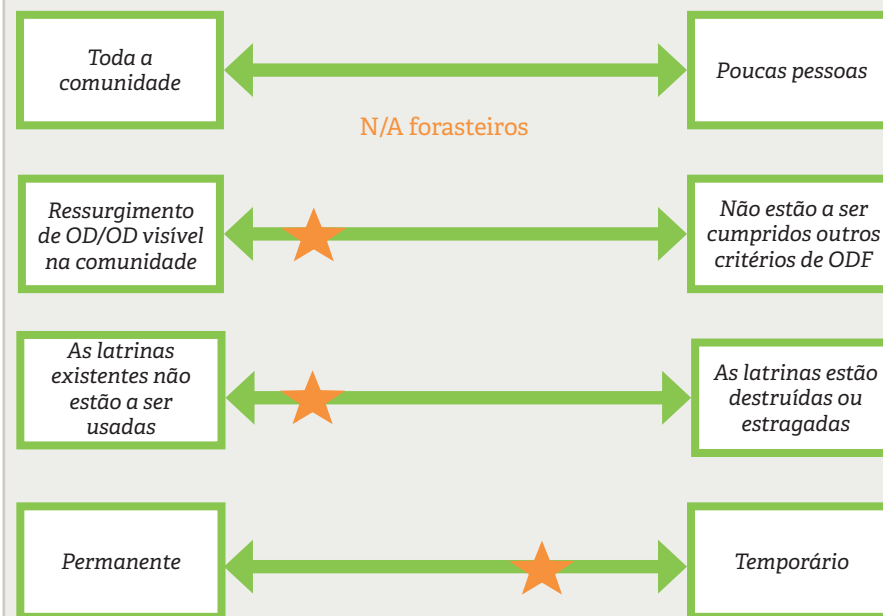
Factores de retrocesso abordados:

- | | |
|-------------------|------------------------------|
| Factores externos | • Recém-chegados/visitantes. |
|-------------------|------------------------------|

O movimento de populações em zonas previamente ODF pode levar a retrocesso, se os recém-chegados não cumprirem os critérios ODF. Estes movimentos populacionais podem ser pequenos ou grandes, previsíveis ou repentinos, temporários ou de longa duração. O exemplo que se segue vem da Nigéria, onde uma repentina afluência de refugiados levou a retrocessos no ODF, que tiveram de ser enfrentados com urgência.

Estudo de caso: WASHcoms capacitados na Nigéria combatem o OD inesperado

Figura 9: Padrão de retrocesso observado no caso exemplo



As comunidades ODF nas áreas do programa United Purpose conseguiram parar rapidamente o retrocesso causado pela afluência de refugiados e manter o seu estatuto ODF, apesar da pressão adicional exercida sobre os seus sistemas.

Em Setembro de 2018, entre 6.000 e 8.000 refugiados dos Camarões cruzaram a fronteira para o sudeste da Nigéria, em busca de asilo em Utanga, na zona da

autarquia de Obanliku, no Estado de Cross River. Utanga é uma área que fora anteriormente verificada como sendo ODF. Os refugiados foram alojados em casas de famílias da comunidade ou montaram abrigos temporários nas aldeias. O grande número de recém-chegados sem acesso às suas próprias casas de banho rapidamente começou a afectar o estatuto ODF da comunidade. Observando o retrocesso e não querendo perder o seu estatuto ODF, os WASHcoms existentes agiram rapidamente convocando uma reunião com os refugiados para explicar as regras ODF na zona. Obtiveram autorização para os refugiados usarem as latrinas dos residentes, para que não houvesse desculpa para irem ao mato.

A curto prazo, a comunidade preferiu partilhar as suas latrinas com estranhos do que voltar ao estatuto de OD. A literatura diz-nos que a própria partilha de instalações pode ser causa de retrocesso (Pasteur 2012). Embora este esquema provavelmente não funcionasse a longo prazo, indica a existência de fortes normas sociais e que os WASHcoms se sentiam capacitados para tomarem a seu cargo o estatuto ODF da sua comunidade, em vez de esperar por assistência externa.

Sugestões e conselhos para lidar com retrocesso causado por populações vindas de fora

- Na Nigéria, foram tomadas medidas rápidas contra o retrocesso porque os WASHcoms se sentiram capacitados para agir imediatamente em nome das comunidades, em vez de esperar que viessem agências externas «lidar» com os refugiados. Embora os WASHcoms sejam voluntários, este sentimento de empoderamento é-lhes inculcido por meio de formação básica e do convite para reuniões com profissionais de saúde remunerados e autoridades locais, o que lhes confere respeito e importância na comunidade.
- Normas sociais fortes e estatutos locais aprovados contra o OD constituem um ponto de referência para exigir que os recém-chegados a uma área não façam com que se perca o estatuto ODF. Na realidade, o facto de se pedir ou não aos recém-chegados que construam casas de banho indica até que ponto houve mudança das normas sociais.²⁹ Painéis identificando zonas ODF no Quênia e noutros países, e o uso de bandeiras para indicar o estatuto ODF na Etiópia são maneiras eficazes de sinalizar para os recém-chegados que o OD não é ali aceite.



Painel na Etiópia. Foto: Jamie Myers

- Para movimentos populacionais mais previsíveis, como visitantes em grandes eixos rodoviários ou pastoralistas transumantes, as casas de banho públicas podem ser uma solução eficaz para o retrocesso causadas por populações vindas de fora.

6. Planos de acção pós-ODF

Na era dos ODS, é necessária uma mudança de perspectiva, deixando de ver as comunidades ODF como a meta final e passando a considerar a declaração de ODF como um ponto de referência no percurso para o comportamento do saneamento sustentável, assente em serviços geridos de forma segura. Reconhece-se que a progressão na escada do saneamento não se dá espontaneamente (UNICEF 2016) e que, sem se planear a próxima etapa, as vitórias alcançadas na série de acções pós-despertar podem não ser conservadas (Jacob 2018).

Vários países começaram a instituir estratégias pós-ODF que estimulam o progresso no saneamento através de fases cada vez mais avançadas. O Pós-ODF (ou ODF +, Saneamento Total, etc.) incentiva a sustentabilidade do ODF, reforçando comportamentos e incentivando a que se suba a escada do saneamento de modo a obter instalações mais duráveis e níveis mais elevados de serviços de saneamento ambiental, incluindo gestão de lodo fecal (Bevan & Thomas 2013; Robinson & Gnilo 2016). Este exemplo é aqui incluído porque, neste *continuum*, qualquer retrocesso que ocorra será contrariado quando a trajectória geral for numa direcção positiva.

As estratégias pós-ODF têm vários elementos que se reforçam mutuamente:

- **Planos** – planos aos níveis da comunidade e do distrito, que definem como o ODF deverá ser mantido e melhorado para alcançar o nível seguinte de certificação.
- Sistemas e ferramentas de monitoria – capazes de rastrear progresso e identificar retrocesso. Por exemplo, o SNV no Nepal desenvolveu ferramentas de detecção precoce para identificar possível retrocesso (Regmi 2016).
- Visitas de **seguimento** – para continuação do apoio e incentivo.
- **Actividades de CMC** assentes em evidência, para reforço comportamental – geralmente baseadas nos requisitos iniciais do ODF e incluindo comportamentos adicionais de higiene.
- Promoção de **tecnologia mais durável** – por exemplo, dando formação a pedreiros de treinamento ou criando ligações a mercados de saneamento ou apoio externo.

²⁹ EIC, Etiópia.

Estudo de caso: Pós-ODF no Mali: uma visão a mais longo prazo da sustentabilidade ODF³⁰

Ao fim de vários anos de implementação do CLTS no Mali, o sector de saneamento notou que a mudança de comportamento nem sempre era estável e que as instalações sanitárias construídas das comunidades ODF nem sempre eram duráveis. Com a introdução da Estratégia Pós-ODF em 2014, o enfoque passou a ser em que as comunidades identificassem as suas próprias lacunas e planeassem como as colmatar com acções adequadas ao contexto e como criar bases para a sustentabilidade.

A fase pós-ODF procura reforçar e manter o estatuto ODF previamente alcançado, melhorando as instalações, garantindo a higiene e transferindo a responsabilidade e a apropriação para as comunidades. Os critérios pós-ODF incluem um conjunto de sete indicadores, incluindo não apenas a presença de instalações e comportamentos, mas também a apropriação do processo através do comité local de WASH.

Os planos de acção pós-ODF da aldeia são elaborados pelos comités WASH da aldeia e articulam-se com os planos de desenvolvimento da comunidade. A comuna³¹ é responsável pelo acesso a água e saneamento na sua área e tem um autarca responsável por WASH.

Um pacto de sustentabilidade tripartido, assinado pela aldeia, pelos Serviços Técnicos e pelo presidente da autarquia e em que são definidas as responsabilidades, garante prestação de contas e priorização política do saneamento.

Nos últimos dois anos, 130 aldeias em dez comunas elaboraram pactos e comprometeram-se a integrar pós-ODF nos planos de desenvolvimento da comunidade. Mais de 1000 aldeias completaram a fase pós-ODF desde 2015.

Etapas:

1. O Comité WASH da Aldeia é seleccionado durante a fase de despertar e é constituído por membros seleccionados para representar todos os bairros e diversos sectores da comunidade (por exemplo, jovens e mulheres). O comité recebe formação para desempenhar a sua função, incluindo aconselhamento técnico, planificação e seguimento, e mobilização de fundos.
2. Após a certificação ODF, são elaborados planos de acção pós-ODF pelo Comité WASH.

³⁰ EIC, Mali, e UNICEF 2017.

³¹ Uma comuna é um grupo de 10-40 aldeias dirigidas por um autarca eleito.

3. É feita uma primeira ronda de validação pelos Serviços Técnicos do Governo e pela agência de apoio, para garantir que o comité está a funcionar e o plano de acção está no caminho certo.
4. O comité implementa o plano de acção e garante o seu cumprimento, realiza visitas de casa a casa e dá conselhos sobre como voltar ao rumo certo, se for identificado retrocesso.
5. Ao mesmo tempo, fazem-se visitas de supervisão da equipa governamental e as agências de apoio levam a cabo actividades como CMC, formação de pedreiros e formação extra para os comités de WASH.
6. A comunidade continua a apresentar os seus relatórios até que que dêem por concluído o plano de acção pós-ODF.
7. É levada a cabo uma segunda ronda de verificação, em que participam a comunidade, serviços técnicos e a agência de apoio externa. É realizado um estudo CAP (Conhecimentos, Atitudes e Práticas) e são verificados todos os critérios. Após a segunda ronda de verificação, é tomada a decisão de confirmar ou não o pós-ODF.
8. Os ciclos de planificação e avaliação pós-ODF continuam anualmente ao abrigo do acordo tripartido

Sugestões e conselhos para continuação pós-ODF

- O avanço do saneamento através da programação pós-ODF requer compromisso e planificação a longo prazo. Formalizar a abordagem como estratégia nacional e exigir que todos os implementadores que iniciam o CLTS em novas comunidades integrem actividades de certificação pós-ODF na sua planificação, como se fez no Mali, é essencial para garantir que o enfoque passe de se alcançar apenas o ODF para o cumprimento de objectivos de saneamento mais ambiciosos.
- O Pós-ODF requer recursos humanos e financeiros específicos, que terão de ser planificados desde o início, de modo a garantir que os sistemas da autarquia tenham a capacidade de implementação necessária (Wamera 2016; USAID 2017).
- O envolvimento dos líderes e o interesse de alto nível nas actividades – por exemplo, no Mali, por parte dos presidentes das autarquias que visitam anualmente as comunidades – dão o apoio e o incentivo necessários à sustentabilidade do ODF. Muitas vezes, é o elevado nível de serviços apresentado pelo trabalho pós-ODF que atrai os políticos (Robinson & Gnilo 2016).
- Instituir um sistema local de seguimento e apresentação de relatórios – por exemplo, as redes de monitoria de comunidades escolares na Etiópia ou as ferramentas de detecção precoce de retrocesso no Nepal – ajuda a concentrar as actividades pós-ODF no retrocesso identificado.

Recomendações essenciais

Embora os casos-exemplos apresentados cubram diversos padrões e factores de retrocesso, há algumas lições importantes que podem ser úteis em vários contextos.

- 1. Estejam preparados para o retrocesso:** Deve entender-se que provavelmente haverá algum grau de retrocesso de ODF para OD na maioria dos programas de CLTS. Ser capaz de reconhecer os padrões e identificar os factores que determinam o retrocesso aumentará a rapidez e a eficácia da resposta e permitirá parar o retrocesso antes de este se tornar permanente. Os factores que levam ao retrocesso são muito variados e específicos para cada contexto. É preciso desenvolver as competências e a capacidade do governo local e das estruturas de apoio da comunidade para avaliar padrões de retrocesso e os factores que lhes subjazem ao nível local e apetrechá-los com ferramentas para fornecer respostas específicas para o contexto.
- 2. Criem/reforcem estruturas comunitárias:** Devem criar-se estruturas de apoio comunitário, por exemplo, WASHcoms ou grupos de acção de saneamento, que trabalhem a partir da comunidade para identificar e combater o retrocesso mal este se dê. A sua proximidade relativamente à comunidade promove a prestação de contas e garante que as respostas sejam adequadas ao contexto. Há que ponderar com antecedência como motivar a longo prazo estas estruturas comunitárias de apoio, por exemplo, incorporando-as nas estruturas formais do governo, e como se fará monitoria da continuação do seu funcionamento.
- 3. Não deixar ninguém para trás não acontece por acaso:** Não se deve partir do princípio que os mecanismos de apoio comunitário satisfazem para sempre as necessidades dos mais pobres e vulneráveis, especialmente quando condições ou materiais locais fazem com que as latrinas precisem de reconstrução e reparações várias vezes por ano. Devem identificar-se estratégias específicas que identifiquem os mais pobres e vulneráveis e se lhes dirijam especificamente, para que eles consigam manter e actualizar o ODF enquanto membros da comunidade ODF.
- 4. Assegurem-se de que os sistemas de monitoria contemplam o retrocesso:** Há que instituir sistemas de monitoria que não parem na certificação ODF, mas que continuem a fornecer dados necessários para monitorar o progresso rumo aos objectivos de acesso universal, ao mesmo tempo que fornecem dados diferenciados necessários ao nível local para identificar e combater retrocesso.
- 5. Considerem o ODF como sendo o começo:** Deve promover-se a continuação de acções comunitárias rumo a objectivos de saneamento gerido com segurança através de planificação e atribuição de recursos para uma estratégia pós-ODF. As metas pós-ODF reforçam os comportamentos de higiene e incentivam a subida da escada do saneamento, acompanhada por serviços de saneamento ambiental de nível superior. Este enfoque na etapa seguinte leva as comunidades a identificar e abordar o retrocesso como parte do processo.

É necessária mais pesquisa para

- **Construir a base de conhecimento sobre como lidar com retrocesso.** Para esta análise, foi difícil identificar casos específicos da literatura ou do trabalho no terreno sobre como o retrocesso está a ser identificado e anulado. Os exemplos apresentados nesta análise são um começo, mas é necessária mais aprendizagem.
- **Incidir no retrocesso da lavagem das mãos.** A maioria dos casos de retrocesso identificados lidava especificamente com a OD no meio-ambiente, mas há outros critérios ODF, especialmente a lavagem das mãos, que também são propensos a retrocesso (Tyndale-Biscoe *et al.* 2013). É necessário identificar e divulgar exemplos de prática para deter o retrocesso da lavagem das mãos em particular.
- **Compreender e enfrentar o retrocesso no seio do agregado familiar.** Comprova-se cada vez mais o impacto da dinâmica familiar interna nos resultados do CLTS. São necessárias mais pesquisas sobre os mecanismos pelos quais essas dinâmicas levam a retrocesso e são necessárias lições sobre como o retrocesso no seio das famílias pode ser identificado e parado.
- **Combater o retrocesso entre os mais pobres.** Costuma verificar-se retrocesso entre os membros mais pobres de uma comunidade e a própria pobreza agrava outros factores de retrocesso. São necessárias lições sobre abordagens concebidas para identificar e combater especificamente o retrocesso entre os mais pobres.
- **Manter grupos locais de apoio que são fundamentais para enfrentar o retrocesso.** O retrocesso ocorre depois da certificação ODF, muitas vezes quando termina o apoio do programa. É fundamental na identificação e combate ao retrocesso o papel das estruturas locais de apoio, em grande parte voluntárias, e são necessárias mais pesquisas sobre como estas estruturas podem ser mantidas a longo prazo.

³² EIC, região da África Ocidental e Central.

Bibliografia

- AMCOW (no prelo, 2019) AfricaSan5 Conference report
- Bevan J. & Thomas A. (2013) 'Developing and monitoring protocol for the elimination of open defecation in Sub-Saharan Africa', <https://www.ircwash.org/resources/developing-and-monitoring-protocol-elimination-open-defecation-sub-saharan-africa> (consultado a 7 de Agosto de 2019)
- Cavill, S. com Chambers, R. & Vernon, N. (2015) "Sustentabilidade e CLTS: Ponto da Situação", *Fronteiras do CLTS: Inovações e Ideias 4*, Brighton: IDS
- Cavill, S., Mott, J. & Tyndale-Biscoe, P., com Bond, M., Huggett, C. & Wamera, E. (2018) "Envolver homens e rapazes em programas de saneamento e higiene", *Fronteiras do CLTS: Inovações e Ideias 11*, Brighton: IDS
- Chambers, R. & Myers, J. (2016) "Normas, Conhecimento e Uso", *Fronteiras do CLTS: Inovações e Ideias 7*, Brighton: IDS
- Cole, B. (2013) Cole, B. (2013) "Desenvolvimento da Concepção Participativa para Saneamento", *Fronteiras do CLTS: Inovações e Ideias 1*, Brighton: IDS
- Coombes, Y. (2016) 'User-centred latrine guidelines – integrating CLTS with sanitation marketing: a case study from Kenya to promote informed choice', in Bongartz, P., Vernon, N., & Fox, J. (eds) (2016) *Sustainable sanitation for All: Experiences, Challenges, and Innovations*, Rugby, UK: Practical Action Publishing, <https://www.developmentbookshelf.com/doi/book/10.3362/9781780449272>
- DWSS & SNV (2017) *Options on Household Toilet Facilities for People with Disabilities and Difficulties* National Water Supply and Sanitation Training Centre, DWSS, Nepal, <http://www.snv.org/public/cms/sites/default/files/explore/download/handbook-disabilities-toilet-option-nepal.pdf>
- England, P. (2016) *Follow-up MANDONA: A field guide for accelerating and sustaining open defecation free communities through a Community- Led Total Sanitation approach*, Geneva: Water Supply and Sanitation Collaborative Council
- Gibson, J., Eales, K. & Nsubuga-Mugga, C. (2018) *Reviewing National Sanitation to Reach Sustainable Development Goals: Uganda Sanitation Diagnostic Study Report*, Washington, DC: World Bank
- Greaves, F. (2016) Greaves, F. (2016) "CLTS em Situações de Pós-Emergência e de Estados Frágeis", *Fronteiras do CLTS: Inovações e Ideias 9*, Brighton: IDS
- House, S., Cavill, S. & Ferron, S. (2017) "Igualdade e Não-Discriminação (IGND) em programas de saneamento de grande escala" Parte 1 de 2, *Fronteiras do CLTS: Inovações e Ideias 10*, Brighton: IDS
- Institute of Development Studies (2018) 'East and Southern Africa Regional Rural Sanitation Workshop' *CLTS Knowledge Hub Learning Brief 4*, Brighton: IDS
- Jacob, N. (2018) *ODF+, ODF++ and Sustainability of Sanitation - Thematic Discussion Series Synthesis*, SUSANA, <https://www.susana.org/en/knowledge-hub/resources-and-publications/library/details/3438>
- Jerneck et al. (2016) *Sanitation and Hygiene Behaviour Change at Scale: Understanding Slippage*, Geneva: Water Supply and Sanitation Collaborative Council (WSSCC)
- Kohlitz, J., Carrard, N. & Willetts, J. (2019) "Apoio a mecanismos de reforço da Igualdade e Não-Discriminação (IGND) no saneamento rural (Parte 2 de 2)" *Fronteiras do CLTS: Inovações e Ideias 13*, Brighton: IDS
- Mukherjee N. (2011) *Factors Associated with Achieving and Sustaining Open Defecation Free Communities: Learning from East Java*, World Bank, Water and Sanitation Program Research Brief
- NWSSTC (2017) 'Options on Household Toilet Facilities for People with Disabilities and Difficulties. National Water Supply and Sanitation Training Centre and SNV Nepal', <http://www.snv.org/public/cms/sites/default/files/explore/download/handbook-disabilities-toilet-option-nepal.pdf>
- Ngwale, M., DeGabriele, J. (2017) *Research Study into ODF Sustainability*, UNICEF and United Purpose Malawi
- Odagiri, M., Muhammad, Z., Cronin, A., Gnilo, M., Mardikanto, A., Umam, K. & Asamou, Y. (2017) 'Enabling Factors for Sustaining Open Defecation- Free Communities in Rural Indonesia: A Cross-Sectional Study' *International Journal of Environmental Research and Public Health* 14.12, Multidisciplinary Digital Publishing Institute: 1572. <https://doi.org/10.3390/ijerph14121572>. <https://doi.org/10.3390/ijerph14121572>
- Orgill-Meyer, J., Pattanayak, S., Chindarkar, N., Dickinson, K., Panda, U., Rai, S., Sahoo, B., Singha, A., Jeuland, A. (2019) *Long-term impact of a community- led sanitation campaign in India, 2005-2016*
- Pasteur, K. (2012) 'Improving CLTS from a community perspective in Indonesia: Research summary', CLTS Foundation and Plan Indonesia, https://www.communityledtotalsanitation.org/sites/communityledtotalsanitation.org/files/CLTS_Research_Indonesia.pdf
- Pasteur, K. (2017) 'Keeping Track: CLTS Monitoring, Certification and Verification', *CLTS Knowledge Hub Learning Paper*, Brighton: IDS
- Regmi, A. (2016) 'Tools for embedding post-ODF sustainability: experiences from SNV Nepal', in Bongartz, P., Vernon, N., and Fox, J. (eds) (2016) *Sustainable Sanitation for All: Experiences, Challenges, and Innovations*, Rugby, UK: Practical Action Publishing, <https://www.developmentbookshelf.com/doi/book/10.3362/9781780449272>
- Rieiro, M. (2019) 'Jirani sanitation groups: sustaining open defecation free status in Tanzania', SNV Tanzania
- Robinson, A., Gnilo, M. (2016) 'Beyond ODF: A phased approach to rural sanitation development' in Bongartz, P., Vernon, N., and Fox, J. (eds) (2016) *Sustainable Sanitation for All: Experiences, Challenges, and Innovations*, Rugby, UK: Practical Action Publishing, <https://www.developmentbookshelf.com/doi/book/10.3362/9781780449272>
- Robinson, A., Bond, M., Kidd, R., Mott, J., Tyndale-Biscoe, P. (2016) 'Final Evaluation: Pan African CLTS programme 2010-2015', Plan Netherlands
- Russpatrick, S., Tiwari, A. Markle, L., Musonda, E., Mutunda, A., Osbert, N., Pinfeld, J., Winters, A., Winters, B. & Larsen, D. (2017) 'Mobility up the sanitation ladder following community-led total sanitation in rural Zambia', *Journal of Water, Sanitation, and Hygiene for Development*
- Thomas A (2016) 'Strengthening post-ODF programming: reviewing lessons from Sub-Saharan Africa' in Bongartz, P., Vernon, N., & Fox, J. (eds) (2016) *Sustainable Sanitation for All: Experiences, Challenges, and Innovations*, Rugby, UK: Practical Action Publishing, <https://www.developmentbookshelf.com/doi/book/10.3362/9781780449272>
- Tyndale-Biscoe P., Bond M., & Kidd R. (2013). "Plan ODF Sustainability Study".

Plan International, https://www.communityledtotalsanitation.org/sites/communityledtotalsanitation.org/files/Plan_International_ODF_Sustainability_Study.pdf

UN-Habitat (2017) *Study on Sustainability of Open Defecation Free Communities in GSF Supported Program Districts, Nepal 2016*

UNICEF (2014) 'Sustainability of ODF Practices in Kenya', *UNICEF WASH Field Note series*, <https://www.unicef.org/esaro/UNICEF-FN-ODF-Sustainability.pdf>

UNICEF (2016) *Equity, Scalability and Sustainability in UNICEF WASH Programming: Evidence from UNICEF Evaluations 2007-2015*, UNICEF Evaluation Office, Julho 2016

UNICEF (2017) *UNICEF Field Notes on Community Approaches to Total Sanitation: Learning from 5 Country Programmes*, New York: UNICEF

UNICEF Philippines (2016) *Coping strategies on damaged toilet facilities: The case of Aroroy, Masbate*, draft report copy from UNICEF Philippines team

USAID (2017) 'Madagascar Rural Access to New Opportunities for Health and Prosperity (RANO-HP) Sustainability Evaluation', WASH Sustainability Evaluation Series – Water Communications and Knowledge Management (CKM) Project

USAID (2018) *An Examination of CLTS's Contributions toward Sanitation*. Washington, DC.: USAID Water, Sanitation, and Hygiene Partnerships and Sustainability (WASHPaLS) Project

Wamera, E. (2016) 'Who is managing the post-ODF process in the community? A case-study of Nambale sub-county in western Kenya', in Bongartz, P., Vernon, N., and Fox, J. (eds) *Sustainable Sanitation for All: Experiences, Challenges, and Innovations*, Rugby, UK: Practical Action Publishing, <https://www.developmentbookshelf.com/doi/book/10.3362/9781780449272>

WaterAid & DDSP (2016) 'How to conduct a WASH Accessibility and Safety Audit', WaterAid and DDSP Cambodia <https://washmatters.wateraid.org/publications/how-to-conduct-a-wash-accessibility-and-safety-audit>

Wilbur, J. & Jones, H. (2014) 'Disability: Making CLTS Fully Inclusive', *Frontiers of CLTS: Innovations and Insights* 3, Brighton: IDS

WSP-UNICEF (2015) *Management of Child Feces: Current Disposal Practices*, <https://www.wsp.org/sites/wsp/files/publications/WSP-CFD-Summary-Brief.pdf>

WSSCC (2019) 'Measuring the last mile: discussing new sustainability and equality data across at-scale behaviour change programmes', PowerPoint presentation made at IRC *All Systems Go!* Symposium

Sobre a série

Trata-se de uma série de notas curtas que dão orientações práticas sobre novos métodos e abordagens, e que reflectem sobre questões mais amplas.

Agradecemos comentários, ideias e sugestões. Contacte-nos no site clts@ids.ac.uk

Outros títulos desta série

Todos os números estão disponíveis em www.communityledtotalsanitation.org/resources/frontiers

Número 1: Cole, B. (2013) "Desenvolvimento da Concepção Participativa para Saneamento"

Número 2: Maulit, J. A. (2014) "Como Despertar para a Lavagem das Mãos com Sabão"

Número 3: Wilbur, J. e Jones, H. (2014) "Deficiência: Tornar o CLTS Plenamente Inclusivo"

Número 4: Cavill, S. com Chambers, R. e Vernon, N. (2015) "Sustentabilidade e CLTS: Ponto da Situação"

Número 5: House, S. e Cavill, S. (2015) "Tornar a Higiene e o Saneamento Mais Seguros: Reduzir as Vulnerabilidades à Violência"

Número 6: Roose, S., Rankin, T. e Cavill, S. (2015) "Romper com o Tabu Seguinte: Higiene Menstrual no CLTS"

Número 7: Chambers, R. e Myers, J. (2016) "Normas, Conhecimento e Uso"

Número 8: Musembi, C. e Musyoki, S. (2016) "O CLTS e o Direito ao Saneamento"

Número 9: Greaves, F. (2016) "CLTS em Situações de Pós-Emergência e de Estados Frágeis"

Número 10: House, S., Cavill, S. e Ferron, S. (2017) "Igualdade e Não-Discriminação (IGND) em programas de saneamento de grande escala"

Número 11: Cavill, S., Mott, J. e Tyndale-Biscoe, P., com Bond, M., Huggett, C. e Wamera, E. (2018) "Envolver homens e rapazes em programas de saneamento e higiene"

Número 12: Myers, J. (ed.) (2019) "Saneamento Rural em África: Desafios, Boas Práticas e Caminhos a Seguir"

Número 13: Kohlitz, J., Carrard, N. & Willetts, J. (2019) "Apoio a mecanismos de reforço da Igualdade e Não-Discriminação (IGND) no saneamento rural (Parte 2 de 2)"

Enfrentar o retrocesso

É amplamente reconhecido que o retrocesso do estatuto de livre de feccalismo a céu aberto é um desafio à sustentabilidade em muitos programas e contextos. Muito se escreveu já sobre como se podem estruturar programas de CLTS para a sustentabilidade, a fim de impedir que haja retrocesso. Esta edição de *Fronteiras do CLTS* examina o que pode ser feito se o retrocesso já se deu.

Esta edição tem duas partes – na primeira, analisa-se como se define retrocesso, apresenta-se um quadro conceptual para identificar padrões de retrocesso e passam-se em revista os factores que se sabem contribuir para o retrocesso. A segunda secção apresenta seis exemplos de casos de experiência de retrocesso no terreno e as acções realizadas para o reverter. Espera-se que a análise crie bases para uma aprendizagem e uma divulgação mais sistemáticas da questão do retrocesso, que seja tida em conta na concepção de programas e nas práticas, actuais e futuras.

Sobre a autora

Sophie Hickling é uma especialista em higiene e saneamento que se interessa especificamente por capacitação individual, e de equipas e de instituições. Trabalhou já com diversas organizações em contextos de trabalho de desenvolvimento e de ajuda humanitária e é actualmente Associada Sénior da MG Africa Consultants.



Ilustração de Jamie Eke



CLTS
Knowledge
Hub

Institute of Development Studies
da Universidade de Sussex, Brighton BN1 9RE

Web www.communityledtotalsanitation.org

Email CLTS@ids.ac.uk

Twitter [@C_L_T_S](https://twitter.com/C_L_T_S)

Tel +44 (0)1273 606261

Fax +44 (0)1273 621202

IDS, instituição particular de solidariedade social:

Instituição de Solidariedade Social. 306371; Registada em Inglaterra 877338 N° de IVA. GB 350 899914

Saiba mais

Assine o boletim informativo de CLTS, partilhe as suas experiências e contribua para o site de CLTS através do e mail CLTS@ids.ac.uk